



N.º 5

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE  
2011**

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e onze, reuniu, pelas quinze horas e trinta minutos, na sede do Grupo Desportivo de N.ª Sra. da Boa-Fé, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Informação e debate sobre a Freguesia de N.ª Sra. da Boa-Fé;**
- 2. Informação do Presidente da CME acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 3. Deliberação sobre a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno sita na Freguesia da Sra. da Saúde (área envolvente ao supermercado Pingo Doce), proposta pela CME;**
- 4. Deliberação acerca da proposta da CME para participação da mesma no Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, S. A. (Rectificação).**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2ª Secretária** – Maria Amália M. Espiridião de Oliveira

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Manuel Pedro Giões, Monarca Pinheiro (em substituição de Henrique Troncho), José Russo, Paula Nobre de Deus, M.ª Elmina Lopes, Lurdes Nico (em substituição de Rui Rosado), Cármen Balesteros (em substituição de Jorge Lourido), Francisco Chalaça, Celino Silva, Ricardo Cardador, Filomena Araújo, Marta Ricardo (em substituição de José Cardoso), Florival Pinto, António Jara, Cristina Barrenho (em substituição de Nuno Lino), José Simas (em substituição de António Carlos Silva), António Ramos, M.ª Luísa Antunes, Jacinto Racha (em substituição de José Serra) Fernando Nunes, Jerónimo José (em substituição de Silvino Costa), Baltazar Ramos, Miguel Carlos Dias (em substituição de António Metrogos), José Piteira, Joaquim Pimpão, João Ricardo, Felisberto Bravo, António Maduro, José Calado e João Rodrigues.

Faltaram os(as) Senhores(as) M.ª Augusta Pereira, João Cortes, Élia Mira, Baltazar Damas, Nuno de Deus e António Russo.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores(as) Manuel Melgão, Cláudia Pereira, Eduardo Luciano, Jesuína Pedreira e António Dieb.



## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** começou por agradecer o acolhimento dispensado e a visita feita à Freguesia local durante a manhã, que permitiu, a alguns Membros, descobrir encantos até então desconhecidos, bem como o magnífico almoço proporcionado.

Depois, fez referência às listagens da correspondência recebida nos serviços da AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída. A este propósito revelou que dera instruções aos serviços para distribuírem cópias do parecer jurídico que tinha solicitado sobre a alegada ilegalidade da desconvocatória da sessão de 14 de Maio/11, o qual veio confirmar que o seu procedimento foi inteiramente correcto.

Continuando, anunciou que dera entrada na Mesa um projecto de moção, intitulado «**Redução de Autarquias**», convidando o respectivo 1º subscritor a apresentá-lo.

O Sr. **João Rodrigues** leu a proposta na íntegra, ficando a mesma apensa a esta acta.

Em nome da bancada do PS, o Sr. **Francisco Chalaça** felicitou o Sr. Presidente da Junta de N.ª Sra. da Boa-Fé, pelo périplo proporcionado da parte da manhã, que permitiu aos presentes conhecer mais a fundo a Freguesia, não esquecendo a maravilhosa refeição servida posteriormente.

Sobre o documento, classificou o 1º considerando ofensivo para o PS, tornando claro que não se estava perante um programa de agressão e submissão, mas sim diante de um quadro necessário para resolver os problemas do país, adiantando que o mesmo era extemporâneo, porque ainda não estava nada definido, e que existia uma parte dos seus filiados que não repudiava que pudesse haver algum ajuste ao nível das freguesias urbanas, por os municípios responderem, muitas vezes, às situações que vão surgindo.

Pelas razões atrás apontadas, comunicou que o PS iria votar contra a proposta.

Transmitindo a posição do G. M. do PSD, o Sr. **Florival Pinto** saudou o Sr. Presidente da J. F. da Boa-Fé e os seus colaboradores, por terem servido um magnífico almoço, agradecendo-lhes a simpática recepção.

Acerca da moção, solicitou ao seu 1º signatário que esclarecesse quem eram os alguns que «(...) **não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local (...)**» (1ª linha do 7º parágrafo).

Por sua vez, a Sra. **Elmina Lopes** considerou a moção apropriada no seu timing, por julgar que já houvessem propostas concretas, para o efeito, na próxima sessão deste Órgão, opinando que, no documento, existia uma questão de princípio política muito forte, bem como que a característica própria da democracia poderia estar em causa, devido às alterações que poderiam ser feitas.

Quanto ao pedido formulado pelo Sr. Florival, argumentou que algumas personalidades do país (não as quis identificar) vinham tendo atitudes que levavam a CDU a concluir que as mesmas pensavam que algumas certas freguesias eram dispensáveis, elucidando que o enunciado na moção não tinha nada a ver com qualquer força política.



Suspendendo, temporariamente, a sua função de 2ª Secretária da Mesa, a Sra. **Amália Oliveira** também felicitou o Sr. Baltazar Ramos pela visita proporcionada à Freguesia e pela refeição oferecida aos interessados, bem como os seus colaboradores e a cozinheira.

Relativamente à proposta, defendeu que existia vantagem na sua apresentação no momento, porque todos deviam estar vigilantes antes da concretização dos atentados e não depois de eles acontecerem. Pelo atrás exposto, anunciou que o BE iria votar a favor.

Voltando a discursar, o Sr. **Francisco Chalaça** fez saber que a bancada do PS estava disponível para votar uma moção que, no essencial, reivindicasse que nenhuma decisão daquela natureza deveria ser tomada sem serem ouvidos os órgãos autárquicos.

Como a Sra. Elmina não o fizera, o Sr. **José Russo** agradeceu, em nome do G. M. da CDU, ao Sr. Presidente da Junta da Boa-Fé e às cozinheiras o excelente almoço servido.

No que toca ao 7º parágrafo do documento em análise, disse que existiam pessoas neste país que assumiam coisas e que a CDU possuía propostas alternativas às imposições da troika, adiantando que as responsabilidades daquela se traduzia em colocar em causa um conjunto de princípios, estabelecidos na Constituição da República, podendo «ferir de morte» (citação sua) a democracia de Portugal. Mais afirmou que as sugestões do PCP e da CDU passavam pela produção dos campos do Alentejo, actualmente ao abandono, pela não dependência do estrangeiro, por os banqueiros pagarem impostos como os pequenos/médios empresários, etc., não estranhando que os eleitos do PS e do PSD não se sentissem confortáveis com as suas ideias.

Apesar de não ter estado presente no convívio dos Membros deste Órgão, a Sra. **Paula Nobre de Deus** não deixou de cumprimentar o Sr. Baltazar Ramos pela refeição fornecida, mostrando-se solidária com os elogios feitos sobre a beleza da Freguesia em apreço.

No que concerne à troika, lembrou que a negociação fazia parte do processo democrático e que a CDU se demitira de se reunir com a dita, entendendo que a mesma perdera a oportunidade de reivindicar para o país os seus pontos de vista.

Em resultado da intervenção do Sr. J. Russo, o Sr. **Florival Pinto** enunciou que assim ficara a perceber o alcance da moção em debate, compreendendo que a CDU estava sempre à vontade para elaborar aquele tipo de textos, porque nunca iria entrar no acto da governação do país.

No que concerne à produção dos campos do Alentejo, venceu que o PSD gostava que os mesmos estivessem a ser explorados, mas não da maneira levada a cabo a partir de 1974, considerando a reforma agrária um processo completamente desastroso.

Retorquindo, o Sr. **José Russo** sustentou que nunca se tinha vivido tão bem no Alentejo como no tempo da reforma agrária, algo que poderia ser testemunhado por alguns dos presentes.

Quanto ao outro aspecto, afirmou que Portugal era um estado soberano e que o PCP e a CDU sempre colocaram as suas questões nos sítios certos, vencendo que o primeiro não fazia parte do Governo e que não se coibira e não se demitira de manifestar as suas opiniões, nomeadamente na A. R.. “A negociação não pressupunha o envolvimento do PCP, porque não era ele que geria o país. Quem deu o passo para a negociação e quem se dispôs a negociar as condições que estavam a ser impostas foi o PS, com a conivência do PSD e do CDS”, rematou.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Reagindo a este apontamento, a Sra. **Paula Nobre de Deus** lembrou que, apesar de a CDU não ter sido chamada a governar, fora convidada a manifestar a sua posição, em sede das negociações, cuja oportunidade não aproveitara para vincar as suas ideias.

Não querendo mais ninguém discutir a proposta em apreço, o Sr. **Presidente** pô-la à votação, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte votos contra (dezassete do PS e três do PSD) e catorze votos a favor (treze da CDU e um do BE).

Noutro contexto, o Sr. **José Russo** leu o seguinte texto: «O Sr. Presidente da Câmara informou a Vereação da existência de uma alegada fraude por apropriação indevida de activos, praticada por dois funcionários municipais, tendo dado conhecimento que, no inquérito realizado, foram apurados indícios suficientes para a instauração de procedimentos disciplinares contra os mesmos. A Câmara foi também informada que, para além dos processos disciplinares, foi ordenada uma auditoria aos serviços para apurar as condições que tornaram possível a alegada actuação delituosa. O Sr. Presidente da Câmara informou, ainda, não ter a noção de qual o montante em causa, admitindo que o valor seria superior ao que inicialmente se previa. Face à informação disponibilizada, os eleitos da CDU na AME manifestam a necessidade do apuramento cabal de todas as responsabilidades, esperando que o resultado da auditoria aos serviços permita perceber que procedimentos de controlo não foram tidos em conta, para que a alegada fraude pudesse ter acontecido. Sublinhamos, ainda, que a brevidade no esclarecimento de todo o processo é absolutamente determinante para evitar que seja posto em causa o bom-nome dos trabalhadores da Câmara Municipal».

Logo após, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Presidente da edilidade**, que agradeceu ao Sr. Presidente da Junta da Boa-fé a elegância com que recebera a comitiva, bem como às cozinheiras pela qualidade do almoço servido.

Sobre o tema exposto, comunicou que, em conjunto com o Sr. Director do Departamento de Gestão e Administração, se vinha apercebendo, desde o início deste ano, mas sem provas, de que haveria qualquer coisa que não estaria bem no serviço de águas.

De imediato, disse: *“A razão se ser da nossa preocupação era a dificuldade que tínhamos em obter informação concreta e que até a resposta que era dada a muitos munícipes, que levantaram protestos justos, em relação à facturação da água, tal como os esclarecimentos pouco claros, poucos transparentes e pouco consistentes que nos eram fornecidos. No final do mês de Agosto, essas dúvidas foram confirmadas, porque conseguimos que um munícipe nos apresentasse provas inequívocas de que tinha feito um pagamento de uma factura contendo as assinatura dos funcionários, provando que o documento estava liquidado, mas que esse dinheiro não tinha entrado na contabilidade da Câmara. Isto era uma prova irrefutável, com a qual o chefe da secção foi confrontado, o qual não soube dar qualquer resposta. Foi isto que desencadeou esta última fase, a do levantamento do inquérito, tendo informado, nesse dia, todos os Vereadores das suspeitas que tínhamos e da fundamentação das mesmas. Foi pedida uma auditoria interna, ao Departamento de Auditoria e Fiscalização, e foi feita a participação ao Ministério Público. Após o término do inquérito, chegou-se à conclusão que havia matéria para procedimento disciplinar. A auditoria tem, também, a participação de uma empresa (a Lógica), que está a colaborar no levantamento de todas as possíveis irregularidades detectadas, a nível do sistema informático. Esta é uma situação triste, que envolve dois funcionários da autarquia, um deles já com antecedentes nesta matéria, sendo que o outro era o chefe da sessão, tendo ambos sido afastados do serviço em que estavam. Um presta, actualmente, serviço numa escola e o outro foi colocado no jardim e penso que meteu baixa*



*ultimamente. É uma situação que penaliza claramente as finanças municipais. Não sabemos, realmente, em quanto, porque não estão apuradas. De qualquer modo, posso transmitir-vos que o montante em causa se vem avolumando. Um dos trabalhadores fez uma carta confessando a responsabilidade e o seu erro, mostrando-se disponível para vir a repor as verbas que fossem identificadas. O outro não assumiu posição nenhuma. Estamos a tomar os procedimentos que julgo que são os aconselhados nesta matéria e assim que houver novidades, quer sobre os processos disciplinares, quer sobre os resultados da auditoria e dos procedimentos que o Ministério Público vier a tomar neste assunto, os órgãos municipais serão disso informados”.*

Entretanto, o Sr. **António Jara** perguntou ao Executivo em que ponto estavam as diligências para a construção do novo Hospital Distrital.

Numa interpelação à Mesa e acerca do parecer que o Sr. Presidente mandara distribuir, o Sr. **Celino Silva** declarou que tal iria obrigar a que os Membros tivessem que o estudar com atenção. De qualquer maneira, mostrou a sua perplexidade por o documento não vir acompanhado do ofício que a Assembleia enviara à entidade a quem fora feita a solicitação.

Por outro lado, recordou que ficara acordado que o pedido de parecer era para ser dirigido à DGAL, sendo agora a A. M. confrontada com um relatório da Divisão de Apoio Jurídico da CCDRA, achando que uma coisa não tinha nada a ver com a outra, tanto mais que no último parágrafo se podia ler: «**Em síntese, caso a desconvocação tenha sido efectuada também no respeito das regras regimentais do órgão, afigura-se-nos que tal acto não está afectado de ilegalidade**», parecendo-lhe que se podia inferir que o jurista que apreciara o processo não olhara para o Regimento da AME.

O Sr. **Presidente** retorquiu: “*Parece-me que ficou claro que iria pedir um parecer a uma entidade independente e penso que a CCDRA o é e é a que está mais próxima. Não conheço o jurista que subscreveu o relatório, mas penso que é um profissional que, num documento, é daqueles que põe o nome por baixo. A carta que enviei, como toda a correspondência e toda a documentação da A. M., está permanentemente à disposição dos Srs. Membros e basta pedi-la. Naturalmente, aquilo que foi exposto à Comissão de Coordenação foi qual era a situação e foi enviada vária documentação, entre ela o Regimento da Assembleia. Portanto, se a pessoa que escreveu isso leu, ou não, o Regimento não sei, que o tinha à sua disposição tinha e não ponho em conta a sua honorabilidade. De qualquer modo, se estiver interessado, isso poderá ser um ponto agendado para a próxima sessão. Agora, uma coisa é certa: eu tomei uma decisão, os senhores, politicamente, contestaram-na, era uma questão de natureza jurídica e, do ponto de vista jurídico, uma entidade autónoma e independente confirmaram-me que essa decisão foi correcta. Portanto, a partir daqui, o discurso é político, porque se vamos discuti-lo juridicamente, então traga outro parecer jurídico, de outra entidade idónea, a dizer o contrário”.*

Voltando a interpelar a Mesa, o Sr. **Celino Silva** recordou que ficara assente, na assembleia que tratara do assunto, que o pedido teria de ser feito à Direcção Geral das Autarquias Locais, insistindo na necessidade de o Sr. Presidente enviar, pelo menos, um exemplar à responsável da bancada da CDU do dossier completo, com toda a documentação que acompanhara a solicitação.

Quanto à questão da idoneidade, venceu que a CDU não estava a fazer juízos de valor do jurista que elaborara o relatório.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para fechar, reiterou que, para o dito Grupo Municipal, a actuação do Sr. Presidente continuava a ser de ordem política, baseada na sua interpretação jurídica, acrescentando que a CDU queria, na próxima assembleia, no PAOD, voltar a discutir a matéria, com toda a documentação que o Sr. Presidente lhe iria remeter.

Em resposta, o Sr. **Presidente** elucidou o Sr. Celino que só não tivera acesso à documentação antes porque não a quisera pedir, em qualquer dia útil e no horário normal de expediente, adiantando que ela lhe iria ser facultada.

Paralelamente, fez-lhe notar que fora ele que dissera que o parecer devia ser solicitado à DGAL, lembrando que afirmara que estaria disponível para pedir a uma entidade independente, julgando lógico que fosse a mais próxima.

Sobre a pergunta formulada pelo Sr. A. Jara, o Sr. **Presidente da autarquia** participou que a Administração Municipal estava preocupada com a questão do novo hospital, tanto que já pedira uma entrevista ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, com a intenção clara de o confrontar com a necessidade de esclarecer a situação. Neste âmbito, declarou que estava a par do que a comunicação social vinha dando conta, de que um conjunto de unidades, que estava classificada como prioritária, deixara de ter esse estatuto, incluindo a de Évora, esperando uma comunicação oficial nesse sentido. Simultaneamente, noticiou que o Executivo mantinha a decisão de saída do sistema da Águas do Centro Alentejo, tendo, para o efeito, solicitado uma entrevista à Sra. Ministra do Ambiente e Ordenamento, em Julho passado, sendo que o respectivo Chefe de Gabinete ainda não lhe dissera nada. Como, entretanto, se encontrara com a Sra. Ministra Assunção Cristas na U. E., colocara-lhe o assunto, tendo a mesma o informado que o Sr. estava doente e que tinha sido substituído por outra pessoa, da qual lhe fornecera o número de contacto, para agendar uma reunião, ficando marcada para o dia 4 de Outubro/11, indo, depois, informar a Vereação e este Órgão Autárquico.

Por seu turno, o Sr. **João Rodrigues** relatou que, em tempos, o médico se deslocava à Freguesia de Torre de Coelheiros 3/4 dias por semana, passando depois a ir só duas vezes e agora apenas uma, transmitindo a sua preocupação pela situação, devido ao facto da respectiva população ser composta, maioritariamente, por idosos, com escassos recursos financeiros, e deixando o alerta para que, dentro das suas possibilidades, a AME tentasse fazer algo para se modificar o sistema.

Perante o explanado, o Sr. **Presidente** realçou que a Câmara fora informada e que, certamente, tomara a devida nota, especificando que o que a Assembleia podia fazer era tomar uma posição e fazê-la chegar aos responsáveis do sector, alvitando que, na próxima sessão ordinária, o Sr. J. Rodrigues apresentasse uma moção ou uma recomendação para o efeito, a fim de ser dirigida às autoridades de saúde, independentemente das diligências que a CME pudesse tomar nesse sentido.

Posteriormente, interveio o Sr. **Presidente da edilidade**, que anunciou que, brevemente, iria ter uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde, pelo que exortou todos os Presidentes de Junta a fazerem-lhe chegar uma pequena nota sobre a situação da saúde nas suas freguesias, para as levar àquele governante e confrontá-lo com os problemas.

Recordando que fora convocada uma sessão em Julho para, entre outras coisas, se aprovar o pagamento, em 2012, dos valores constantes do contrato de adjudicação da construção da Escola EB1 + JI de Canaviais e que o seu colega Florival Pinto levantara a questão se haveria a certeza de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que, com isso, o empreiteiro garantiria que no dia 15 de Setembro/11 o estabelecimento estaria preparado para iniciar as suas actividades, bem como que o Sr. Presidente da CME respondera que faltavam aspectos de pormenor para acabar a obra (ligações eléctricas, etc.) e que a empresa se responsabilizara para a terminar no prazo de um mês, a tempo de se iniciarem as aulas, o Sr. **Pedro Giões** inquiriu o que se passava na realidade, porque sabia que a unidade ainda não tinha começado a funcionar.

Reforçando as palavras do orador antecedente, a Sra. **Elmina Lopes** divulgou que existiam três turmas a funcionar na sede do agrupamento e uma na Casa do Povo, querendo também ser esclarecida.

Também sobre o tema atrás exposto, o Sr. **Jerónimo José** lamentou que a Escola não tivesse sido inaugurada antes do início do ano lectivo e patenteou a sua apreensão por, eventualmente, não vir a abrir no 2º período, demonstrando interesse que o Sr. Presidente da Câmara informasse sobre o desenvolvimento do processo junto do Tribunal de Contas.

Face às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da autarquia** historiou o desenvolvimento do processo e deu a conhecer que, depois do início da obra, o Executivo fez um primeiro pagamento ao empreiteiro, com verbas adiantadas pelos fundos comunitários, cujo acto levou o Tribunal de Contas a levantar um procedimento à CME, porque não devia ter feito a liquidação antes do visto. Superado este caso, anunciou que começaram a surgir, em catadupa, problemas com a referida instituição, o que obrigou a autarquia a solicitar ao Sr. Presidente da AME uma sessão extraordinária, destinada, sobretudo, à aprovação de uma proposta para se cabimentar, no PPI, uma verba com a finalidade de se pagar, em 2012, os valores constantes do contrato de adjudicação da edificação da escola em causa, sempre na expectativa do assunto ser resolvido na semana seguinte, acrescentando que isto foi explicado ao construtor, que garantiu que num mês concluiria o que faltava fazer. Como o TC não despachou o processo em tempo oportuno, tornou claro que a Administração Municipal se viu obrigada a desencadear um plano B, para que as crianças não fossem prejudicadas e as aulas comesçassem no dia 15 de Setembro. Mais fez saber que, depois de tudo esclarecido, o TC questionou uma decisão do Tribunal Administrativo de Beja, que deu razão à CME, acerca de um recurso apresentado por um dos concorrentes, não sabendo como o TC iria reagir à contestação que a edilidade apresentara, não deixando de informar que o empreiteiro já tinha parado a obra, por não ter recebido o que lhe era devido (cerca de 2.000.000 €).

Para finalizar, asseverou que não se podia comprometer com nenhuma data e que o único pormenor que faltava para a conclusão da EB1 + JI dos Canaviais era o visto do TC.

A propósito da desconvocação da sessão de 14 de Maio/11, a Sra. **Paula Nobre de Deus** elucidou que a CCDR era a entidade que, por força da lei, tinha que dar apoio às autarquias locais e às suas associações e que possuía duas divisões, uma técnica e outra jurídica, tendo sido esta que esclarecera o Sr. Presidente da A. M..

Ao mesmo tempo, explicou que a DGAL recebia, por vezes e por equívoco, vários pedidos de assembleias municipais, remetendo a dita, depois, os processos para a CCDR da zona.

Contraopondo, o Sr. **Celino Silva** afirmou que se devia remeter a matéria para a próxima sessão da A. M., porque acabara de receber o parecer e ainda não o tinha lido, precisando de o estudar e de ter acesso a toda a informação que o Sr. Presidente da AME pusera à disposição da CCDRA.



Voltando a abordar o tema da alegada fraude na CME, o Sr. **José Russo** falou da culpabilidade do sistema instalado na mesma, que permitira que tal caso pudesse ter acontecido durante tanto tempo, que, na sua óptica, ia muito para além das pessoas nele implicadas, sendo preciso apurar responsabilidades, para salvaguarda do bom nome dos trabalhadores da autarquia.

De imediato, interrogou quanto dinheiro a edilidade tinha gasto com o concerto do cantor Tony Carreira, na Arena d'Évora. Na sequência disto, passou a ler o seguinte texto: «Como é do conhecimento da Câmara, a vida dos agentes culturais da cidade e do concelho está a passar por um período de enormes dificuldades, que decorrem de uma conjuntura de fortes reduções dos financiamentos à actividade cultural, situação profundamente agravada pelos atrasos no pagamento dos apoios por parte da autarquia, que continua sem um quadro clarificador do cumprimento das obrigações do município.

Igualmente inquietante é o que se anuncia relativamente aos resultados do concurso que decorreu no âmbito dos novos regulamentos para a actividade cultural, onde a maioria dos agentes vê reduzidos os apoios a atribuir pela Câmara, com projectos a terem esse financiamento reduzido em mais de 60%. Ainda que o Sr. Presidente da Câmara vá afirmando, recorrentemente, que a cidade tem agentes culturais a mais, o que, no nosso entendimento, é absolutamente extraordinário, os novos critérios de atribuição dos financiamentos não estabelecem quaisquer diferenciações entre projectos, o que significa que a solução encontrada pela gestão municipal para reduzir o suposto excesso de agentes culturais na cidade passa, antes, pelo estrangulamento financeiro das estruturas. Em nossa opinião, é inadmissível que a C. M. não consiga estabelecer um plano de pagamentos da dívida aos agentes locais, que garantem mais de 70% da actividade cultural do concelho, quando continua a investir os fundos municipais em actividades eminentemente comerciais, que, noutras cidades portuguesas ou em qualquer parte do mundo, pagam, naturalmente, o aluguer de espaços para apresentarem os seus espectáculos».

Em aditamento à parte inicial da dissertação do orador antecedente, a Sra. **Amália Oliveira** venceu que todos sabiam que existiam responsabilidades de duas pessoas, mas manifestou interesse em saber se haviam medidas que permitissem prever tais situações e se existiam, porque era que se tinha demorado tanto tempo a dar conta delas. “*No caso de não existirem essas medidas, a quem é que a Câmara vai pedir responsabilidades, já que não são só as responsabilidades criminais que devem estar em causa, mas também as responsabilidades políticas de algum departamento da Câmara*” (inquiriu)? “*E que tipo de medidas irá a Câmara propor, de modo a que isto não se volte a repetir*” (idem)? “*Porque se elas existem e não estavam implementadas, terão de ser implementadas e terão de ser agilizadas, pelo menos*”, proferiu posteriormente.

Noutro contexto, perguntou em que ponto estava o inquérito levado a cabo aos acontecimentos verificados no canil municipal. A este propósito, recordou que perguntara ao Sr. Presidente da edilidade, numa das reuniões passadas, pelo regulamento do referido sector, o qual lhe respondera que o mesmo já existia. Como ainda não o encontrara, quis saber onde era que ele estava e quem que sessão da A. M. fora aprovado.

Para fechar, comentou que reparara, em Agosto último, que a cidade estava com bastante lixo, tendo ficado admirada por, na semana passada, começar a ver brigadas da Câmara a fazerem a limpeza, não entendendo o porquê de, há um ano atrás, o Sr. Presidente da CME lhe ter respondido, a uma questão que formulara, que se estava a proceder a um contrato com uma empresa e que o mesmo iria entrar em vigor a partir de Outubro/10, deduzindo que a empresa não estava a funcionar, o que a motivou a inquirir a razão de tal.



Logo após, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Florival Pinto**, que informou que pretendia apresentar uma proposta de deliberação, intitulada «**Acesso a telecomunicações móveis**», a qual leu na íntegra. A folha fica apenas a resta acta.

Fruto da aclamação que recebeu, o Sr. **Presidente** considerou o documento aprovado por unanimidade.

Mudando de assunto, a Sra. **Cármen Balesteros** fez menção a uma notícia saída no jornal «Registo», no dia 22 de Setembro/11, recordando as 9.000 vítimas da inquisição em Évora, inserido no Festival «Escrita na Paisagem», pretendendo, no fundo, evocar a memória das pessoas aqui perseguidas, mortas e sujeitas a maus tratos impressionantes. Em resultado da sua experiência profissional, asseverou que continuava a ser extremamente delicado falar da inquisição, não olvidando que, em Portugal, teve o seu 1º tribunal estabelecido em Évora, em 1536, trazendo anos de atraso científico, cultural e de desestruturação do tecido social, e transmitindo a sua esperança que o município local recordasse, de uma forma mais decidida e interveniente aquele género de acções. Como se estava apenas a dois meses das comemorações da classificação de Évora como Património da Humanidade, sugeriu que fosse seriamente pensado tal assunto.

Relativamente à intervenção da oradora antecedente, o Sr. **Presidente** transmitiu que semelhante tema o sensibilizava particularmente, tendo pena que todos os portugueses não pudessem ler um livro de Jorge Borges de Macedo, que, segundo a sua ideia, é susceptível de fazer estremecer qualquer pessoa, achando que ainda havia uma dívida para com as vítimas da inquisição, que, em condições incríveis, passaram tormentos inimagináveis.

Posteriormente, o Sr. **Ricardo Cardador** perguntou à Administração Municipal em que ponto estava a reestruturação dos serviços.

Prontificando-se a responder às questões postas, o Sr. **Presidente da Câmara** explicitou que o Departamento de Águas já estava certificado pela APCER, tendo todos os seus procedimentos sido alvo de inspecções e de relatórios por parte da mesma, acentuando que a fraude ocorrera internamente e que se não houvessem medidas tomadas no sentido de detectar a situação, se calhar nunca se chegaria lá. *“Porque é que só foi agora” (perguntou)? “Porque a plataforma do sistema que elabora a facturação da água, que é feito pela empresa «Lógica», que é propriedade da EDP, só era acessível a dois funcionários, com base em passwords próprias e só eles é que podiam ter o conhecimento global da situação. Foi quando se começou a suspeitar disso, que reivindicámos, em Junho, uma sessão de formação à empresa «Lógica», para que mais pessoas pudessem ter acesso à dita plataforma. Foi da decorrência desse facto que se começaram a descobrir procedimentos anormais, que fizeram a suspeição avançar até ao ponto que todos conhecemos. Portanto, existiram mecanismos de controlo e as medidas correctivas que deviam ser tomadas, sob o ponto de vista da gestão informática, foram tomadas em devido tempo, mas ainda está para aparecer a primeira organização que não possa ser alvo de casos deste tipo”,* adiantou.

Com respeito ao concerto de Tony Carreira, esclareceu que o município apenas fornecera apoio logístico, ao nível de uma refeição para a comitiva e dos respectivos alojamentos, custando tudo cerca de 3.500 €. Justificando, disse que a população do concelho não devia ser privada da



possibilidade de assistir a um espectáculo daquele género, particularmente do que dependia da autarquia.

No que toca ao assunto dos agentes, frisou que a CME só não fazia um plano de pagamentos com os ditos para não falhar, porque já possuía perto de 150.000€/mês de projectos de recuperação de dívida, para mais exigindo o vendedor de gasóleo um cheque a pronto, no valor de 12.000 €, para o fornecer, e a PT e a EDP a liquidação imediata dos serviços prestados, não esquecendo que a banca, desde há seis meses/um ano, obrigaram-na a estabelecer planos de liquidação de débitos, com prazos absolutamente incontornáveis. Em resultado disto, frisou que a capacidade de pagamento da autarquia estava restrita aos salários e ao serviço da dívida.

Quanto à alocação da Sra. Amália, tornou claro que só o próprio e os Vereadores tinham responsabilidades políticas, lamentando que tivesse havido uma antecipação na publicação, no D. R., do Regulamento do Canil Municipal, sem o mesmo ter sido aprovado pela Câmara, incluindo as propostas de alteração apresentadas pelos Vereadores da CDU.

No que concerne à limpeza, informou que uma zona da urbe estava contratualizada com uma empresa privada (SUMA) para o efeito e que a outra parte era feita pelos serviços municipais, pensando que o que a Sra. vira fora o reforço das respectivas brigadas após o período de férias.

Para fechar, aflorou a questão posta pelo Sr. R. Cardador, revelando que se estava a aguardar as decisões finais do Governo, acrescentando que a última informação pública que existia era que qualquer câmara com a dimensão da de Évora iria ficar com 1 chefe de serviços e 5 chefes de divisão, lembrando que a edilidade dispunha de 11 dos primeiros e 25 dos segundos.

Entretanto, o Sr. **José Russo** recordou ainda que o Sr. Presidente da CME declarara que quem despoletara a situação do desfalque fora a denúncia de um munícipe e que agora dissera outra coisa. Sobre os agentes culturais, especificou que os ditos vinham cumprindo a sua função pública, apesar da ausência dos pagamentos dos seus subsídios, enfatizando que haviam limites e que estes já tinham sido ultrapassados, desafiando o Executivo a ponderar se queria que eles acabassem, parecendo-lhe que era uma enorme responsabilidade para o Município.

Respondendo, o Sr. **Presidente da autarquia** especificou que aquilo que afirmara fora que a suspeita se tinha fundamentado em várias queixas de munícipes, até que se chegara a um que trouxera o recibo de pagamento, sendo que no sistema informático não estava nada registado, tendo sido esse pormenor que conduziu a Administração Municipal a descobrir o «modus operandi» do desfalque.

Em relação aos agentes culturais, inquiriu como era que a Câmara se poderia responsabilizar em pagar os subsídios em tranches aos próprios, numa fase de fortes restrições, tendo a ideia de que se fizesse isso seria enganá-los e que as perspectivas não erram nada animadoras.

## **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTOS DE ACTAS**

O Sr. **Presidente** colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

- **N.º 2, DE 29 DE ABRIL DE 2011**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Sra. **Amália Oliveira** propôs:

- Pág. 26 – Linha 36 – Que se intercalasse, entre «**ideia**» e «**Évora cidade da cultura**», a frase «**que existe no imaginário cultural nacional**».

Como mais ninguém quis introduzir alterações, o Sr. **Presidente** pôs à votação o documento supra referido, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e nove votos a favor e uma abstenção.

### **N.º 3, DE 24 DE JUNHO DE 2011**

O Sr. **António Jara** sugeriu:

- Pág. 8 – Linha 19 – Que se intercalasse a expressão «**Sociedade Portuguesa de Hipertensão Arterial**», entre «**com o**» e «**Serviço de Cardiologia (...)**»;

A Sra. **Cármem Balesteros** alvitrou:

- Pág. 6 – Linhas 28 a 30 – Que se substituísse o trecho entre «**(Projecto Educativo do Património de Évora)**» e «**perguntando**» pela frase «**e perguntou de a verba de 30.000 €, constante no texto do PEPE, ainda estava disponível no Orçamento da CME**»;

O Sr. **Celino Silva** propôs:

- Pág. 3 – Linha 47 – Que se intercalasse, entre «**assumira**» e «**desconvocar**», a palavra «**unilateralmente**», entre vírgulas.

Não querendo mais nenhum Membro modificar o teor do documento, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor e dez abstenções.

### **N.º 4, DE 15 DE JULHO DE 2011**

Dado que não surgiram pedidos para alterar o conteúdo do projecto, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, que foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor e oito abstenções.

Posto isto, o Sr. **Florival Pinto**, colocando um ponto de ordem à Mesa, solicitou que fosse feito um intervalo de dez minutos.

Verificando que existia anuência para o efeito, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o PAOD e interrompeu a sessão pelo período atrás mencionado.

## **PONTO 1 – INFORMAÇÃO E DEBATE SOBRE A FREGUESIA DE N.ª SRA. DA BOA-FÉ**

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Baltazar Ramos**, que, em nome do povo da Freguesia de N.ª Sra. da Boa-Fé, deu as boas vindas a todos, manifestando o seu agrado pela escolha da mesma para a realização desta assembleia.

Depois, leu o seguinte texto: «Esta é uma Freguesia com características próprias do meio rural onde se insere, com uma população envelhecida, distribuída de forma dispersa pelo território. Com meios financeiros reduzidos, só com uma gestão rigorosa e cuidadosa é possível fazer face às exigências



que nos são colocadas, como, por exemplo, os transportes escolares, as intervenções no espaço público, o apoio a idosos e a ajuda necessária para funcionamento da escola do ensino básico e do pré-escolar. Se já é difícil gerir uma freguesia com estas características, com o orçamento disponível essas dificuldades aumentam de forma insuportável, quando se verificam incumprimentos das obrigações resultantes dos protocolos assinados com a Câmara Municipal. Neste momento, a Freguesia tem a receber 34.706 €, referentes a transferências do protocolo de descentralização de competências, relativamente aos anos de 2010 e 2011, e 9.289 € do protocolo dos transportes escolares, respeitantes aos meses de Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho de 2011. Apesar deste incumprimento por parte da Câmara, que somam, à data de hoje, 43.995 €, nunca a Junta deixou de cumprir com as obrigações decorrentes do protocolo que assinou. Tal situação torna particularmente difícil outro tipo de intervenções na Freguesia, por ausência de meios financeiros. Nesta, como noutras Freguesias, mais afastadas da sede do concelho, são vários os problemas que aguardam solução ou, pelo menos, qualquer perspectiva de encaminhamento.

A estrada que acede à Ponte do Lagar continua por arranjar, mesmo depois da garantia da cedência de material e das máquinas, por conta do plafond de 2009/10.

Estando os esgotos das Carvalhas concluídos há cinco anos, é incompreensível a ausência da ETAR, fazendo com que os esgotos corram a céu aberto pela propriedade privada.

Apesar de alguns avanços para a resolução do problema da falta de campos disponíveis, continuamos a entender que só a ampliação do cemitério poderá dar resposta à situação.

Construído, há mais de dois anos, o depósito da água, continua sem qualquer utilidade e sem perspectiva de data para a ligação do mesmo à barragem do Monte Novo.

A já famosa Rua da Liberdade continua à espera de oportunidade para ser arranjada e a estrada de ligação da Boa-Fé ao Cromeleque dos Almendres, que constou de vários orçamentos municipais, continua sem qualquer perspectiva de realização.

Mais do que lamento, estas palavras são um sinal de alerta para a necessidade de se olhar para as freguesias rurais, não como parentes pobres, mas como parte integrante de um todo, que é o concelho de Évora.

Apesar de todas estas dificuldades, a Junta de Freguesia não deixou de desempenhar o seu papel no apoio social aos mais idosos, fazendo a ligação destes aos serviços municipais, no tratamento das questões relacionadas com o Cartão Social do Município, na intervenção do edifício da antiga sede da Junta, onde funciona a Associação de Jovens e Reformados, e na mobilização dos cidadãos para a reivindicação de melhores condições para a recepção de sinal das comunicações de telemóvel e internet.

Queremos salientar o papel desempenhado pela comunidade educativa na Freguesia na defesa da Escola Básica e do Jardim-de-infância, que impediu o seu anunciado encerramento. A Junta de Freguesia da Boa-Fé tudo fará para que os pais e a restante comunidade educativa defendam a existência da Escola Básica, impedindo que se agravem as condições de isolamento e de desertificação da nossa Freguesia.

Continuámos o trabalho em prol da Freguesia e das pessoas que nelas habitam, sem ceder a desânimos.

Quero agradecer às pessoas que disponibilizaram o seu trabalho para a realização do almoço, permitindo a sua efectuação sem custos para os nossos convidados.

Quero agradecer, também, ao Sr. Presidente da AME o facto de ter proposto a realização desta assembleia na nossa Freguesia, dando, assim, visibilidade e contribuindo para que durante esta semana, pelo menos, alguns remendos de alcatrão tenham sido executados, tal como alguns serviços de carpintaria na escola primária».



Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** admitiu que existiam algumas carências na Freguesia em apreço, mas fez sentir que algumas coisas já tinham sido feitas, realçando o investimento efectuado na mesma pela Águas do Centro Alentejo, na ordem dos 850.000 €, na construção de redes, de depósitos e de saneamento, sem que isso significasse alguma melhoria para a população, dando conta que tal situação representava mais uma razão de queixa que o município tinha da empresa e do incumprimento do contrato a que a autarquia acedera em 2004, frisando que o Executivo iria continuar a pressioná-la no sentido de que as intervenções fossem concluídas, para que a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e do meio ambiente se pudesse tornar uma realidade.

Sobre o assunto do atraso dos pagamentos às Juntas, justificou tal facto com a dificuldade da Câmara em obter de receitas, informando que a mesma já pagara, no corrente ano, à J. F. da Boa-Fé 30.263,58 €, referentes a transportes escolares, aos contadores da água, a duodécimos, etc., e que tinha em dívida 32.474,52 €, acabando por expressar que apenas se podia associar ao lamento do Sr. Baltazar Ramos, porque não tinha meios para resolver a situação.

Apesar das dificuldades, noticiou que estavam previstos alguns investimentos na Freguesia, como, por exemplo, o asfaltamento da estrada de ligação ao lagar e o alargamento da Rua da Liberdade, no lugar das Casas Novas, não esquecendo as benfeitorias efectuadas na escola primária e na via de acesso ao cemitério.

Com respeito à estrada entre a Boa-fé e o Cromeleque dos Almendres, disse que era preciso definir se era caminho privado ou público, e que a intenção era permitir que o «circuito pedonal do Monfurado» ficasse circulável.

Para fechar, abordou o tema da exploração de ouro no território da Freguesia da Boa-Fé, divulgando que os estaleiros da respectiva empresa iriam ficar sediados em Santiago de Escoural, o que estava a levar os órgãos de comunicação social a noticiar que a pesquisa se iria centrar na referida localidade, parecendo-lhe que ninguém do concelho de Montemor-o-Novo podia invadir o concelho de Évora para o efeito, esperando que o impacte ambiental fosse compensado com os postos de trabalho que viessem a ser criados.

De seguida, o Sr. **Florival Pinto**, sobre a intenção de um particular doar uns terrenos sitos nesta Freguesia (Rua da Liberdade) à CME, questionou ao Executivo se já tinham sido dadas instruções objectivas ao Departamento Jurídico para avançar com o processo e se lhe tinha sido fixado um prazo para o executar, para evitar que se ouvisse dizer que os serviços não faziam, que demoravam e que atrasavam as tarefas que lhes eram confiadas.

Retorquindo, o Sr. **Presidente da CME** lembrou que, há muito tempo, a Junta de Boa-Fé vinha fazendo referência da disponibilidade do proprietário doar os acima citados, esclarecendo que era preciso, primeiro, que a respectiva escritura fosse realizada e que, depois, o acto fosse inscrito no património municipal, não esquecendo que estavam em causa impactos ambientais, sendo necessário pedir a intervenção dos serviços do Ministério do Ambiente e da Agricultura, através da CCDRA, para se conseguir aprovar um projecto para aquela zona.

Quanto aos serviços, tornou claro que não era seu hábito desculpar-se com os mesmos, mas sim com a burocracia reinante no país, o que levava à morosidade no andamento dos processos, podendo um simples caso de alargamento de uma rua, por exemplo, ter um tratamento jurídico como se fosse uma coisa de uma herdade inteira, adiantando que não podia impor um prazo aos atrás mencionados, porque tal não dependia deles.



Em resposta, o Sr. **Florival Pinto** lembrou que estavam em equação dois aspectos diferentes, a saber: **Primeiro** – A cedência, por parte de um cidadão, de uma área de terreno ao município; **Segundo** – O projecto, a obra e se havia dinheiro para o efeito. Segundo as palavras que ouvira de manhã no local, parecia-lhe que o dono estava preocupado, porque cedera o terreno e porque se um dia precisasse de vender a sua propriedade, existindo uma situação jurídica indefinida, isso poderia prejudicá-lo.

Tornando a intervir, o Sr. **Presidente da Câmara** comunicou que o processo já tinha sido iniciado, mas que as coisas não eram assim tão simples, porque era preciso estabelecer confrontos, fazer medições e haver registo das novas fronteiras, adiantando que não sabia quanto tempo isso iria demorar.

Simultaneamente, fez notar que o Departamento Jurídico da CME estava assoberbadíssimo de trabalho, informando que a intenção de doação já lhe estava comunicada e tendo a ideia que o próprio já tinha começado o procedimento necessário para que o acto fosse escriturado.

Sentindo-se ainda não elucidado, o Sr. **Florival Pinto** interpelou a Mesa no sentido de interrogar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Boa-Fé há quanto tempo o dono manifestara o propósito de doação.

Com a devida autorização do Sr. Presidente da AME, o Sr. **Baltazar Ramos** retorquiu que, não estando certo das datas, talvez há mais de um ano, explicando que a construção dos balneários públicos, sítios num espaço confinante, tinham sido edificados sem regra, pretendendo agora o proprietário desanexar a parte ocupada do mesmo, que era para alargar, bem como o terreno que era para doar, para ficar com a sua propriedades liberta dos atrás designados.

Posto isto, o Sr. Presidente concedeu o uso da palavra ao Sr. **José Russo** que, acompanhando as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Boa-Fé, manifestou a sua inquietação e apreensão relativamente à falta de respostas, por parte das entidades responsáveis, para resolver os problemas pendentes do país, relevando, neste caso em particular, as questões do saneamento e da rede de águas, pensando que a autarquia deveria estar habilitada para informar os presentes sobre as matéria, tanto mais que já tinham decorrido 2 anos após a realização dos investimentos, sem que os equipamentos estivessem ao serviço da população. Na sua óptica, deveriam ser exigidas explicações à Águas do Centro Alentejo sobre a situação, achando que os Membros da AME não se deveriam ausentar desta reunião sem tomarem uma posição no sentido de remediá-la.

A Sra. **Cármem Balesteros** demonstrou o seu desagrado pelas carências que a Freguesia de N.<sup>a</sup> Sra. da Boa-Fé estava a sentir, descritas pelo Sr. Baltazar Ramos, destacando especialmente a falta de sepulturas na povoação.

Por outro lado, congratulou-se por a Junta ter distribuído um folheto fazendo referência, sucintamente, aos principais elementos de identidade da própria Freguesia.

No seguimento da alocação da oradora anterior, o Sr. **Baltazar Ramos** transmitiu que apenas haviam quatro campas livres, salvaguardando as familiares já existentes, e que tivera uma conversa com o Sr. Vereador Manuel Melgão sobre a matéria, tendo ficado previsto, caso surgisse essa necessidade, o abate de um pinheiro, para dar lugar a mais oito sepulturas. No entanto, não deixou de defender a tese de ampliação do novo cemitério.



Em virtude de ter sido evocado o seu nome, e com consentimento do Sr. Presidente, o Sr. **Vereador Manuel Melgão** esclareceu que fora acordado, entre os serviços municipais e os elementos da Junta, durante uma visita técnica ao local, que havia espaço suficiente para instalar dezassete campas, mais cinco do que as já referidas, bastando apenas que o Executivo da Freguesia se mostrasse disponível para fazer gavetões ou libertar o terreno para se implementarem novas sepulturas, adiantando que se estava longe de qualquer situação dramática e que o projecto poderia ser executado quando fosse julgado oportuno.

Em resposta, o Sr. **Baltazar Ramos** elucidou que o talhão que o Sr. Vereador falara estava destinado às crianças, anunciando que iria haver uma reunião com a população para se apurar se todos estavam interessados na criação dos gavetões, qualificando o assunto de muito melindroso e mostrando vontade que o atrás citado fosse apenas destinado ao enterramento dos mais novos.

Constatando a inexistência de mais inscrições para uso da palavra, o Sr. **Presidente** deu por findo o 1º ponto da agenda.

## **PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO**

O Sr. **Presidente da edilidade** informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela autarquia nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2011, realçando especialmente: a realização do 2º Congresso Ibero-americano de Suinicultura e da «Pig Parade»; a colocação duma força especial de bombeiros no Aeródromo Municipal; a criação do Cartão do Jovem Leitor Eborense; a efectuação do Circuito Europeu de Música Tradicional; a actuação da Companhia Nacional de Bailado no TGR; a homenagem feita aos cidadãos e instituições no Dia da Cidade; a comemoração do Dia Mundial da Criança; as Festas Populares da Cidade - Feira de S. João; a realização de um festival de jazz na cidade; a presença do município no Salão Aeronáutico «Le Bourget», em Paris; a inauguração do monumento dos Rotários (rotunda junto à EBI da Malagueira; e o Festival Terras do Sol.

Quanto à situação financeira, enunciou que se continuava a verificar a tendência para a diminuição das receitas municipais, tanto das próprias, como das oriundas das transferências, não deixando de referir que o endividamento camarário tinha uma ligeira oscilação, através da redução do serviço da dívida e do aumento dos débitos a fornecedores, pensando o Executivo, para ultrapassar a situação, levar a cabo duas hastas públicas, até ao final deste ano, com o propósito de captar verbas para poder, assim, regularizar uma parte muito significativa dos encargos com fornecedores e agentes culturais e desportivos.

Seguidamente, o Sr. **Ricardo Cardador** formulou as seguintes perguntas: **Primeira** – “Qual é o ponto de situação do saneamento financeiro que está negociado com os bancos”? **Segunda** – “Qual é a dívida total, neste momento, da Câmara às Juntas de Freguesia, no conjunto”? **Terceira** – “Porquê só foi executado 9,4% do que foi estimado no início do ano, das vendas de bens”?



Posteriormente, o Sr. **Abílio Fernandes** começou por saudar o crescimento da receita, até ao final do mês de Agosto, em 2,7 milhões de euros, relativamente ao período homólogo de 2010, bem como a diminuição das despesas em cerca de 700 mil euros. Apesar deste sinal positivo, patenteou as suas preocupações face ao défice orçamental, que se situava em cerca de 30 milhões de euros, salientando que os gastos tinham atingido os 57 milhões de euros e que os proventos se tinham cifrado em 28 milhões de euros, não esquecendo que a dívida rondava os 70 milhões de euros.

De imediato, observou que o relatório da situação financeira informava que o endividamento líquido tinha uma margem positiva de 7 milhões de euros, sendo importante, para si, que fosse explicada a razão de, há dois meses atrás, a ROC ter referido que a mesma era de 4,5 milhões de euros, lembrando que no final do exercício passado o supra citado era negativo, em cerca de 2 milhões de euros, considerando que, na altura, a CME se encontrava numa situação de desequilíbrio financeiro. Logo após, evidenciou que o relatório financeiro não informava qual era o prazo médio de pagamento aos fornecedores, adiantando que a ROC dissera que o dito era de 396 dias, mais do dobro permitido por lei.

Para concluir, recordou que a ROC, no ano transacto, tinha anunciado que a autarquia de Évora tinha facturas não lançadas em orçamento, por não terem cabimento para isso, no valor cerca dos 8 milhões de euros, sublinhado que, na data em causa, o montante era de 3,7 milhões de euros, e que esta questão era de gravidade, porque responsabilizava o órgão executivo sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas. “*Veja-se a situação da Madeira*”, rematou.

Por seu turno, a Sra. **Cármem Balesteros**, focando o capítulo **2.4 Departamento de Comunicação e Relações Externas**, inserto na página 7, desejou saber qual iria ser o programa das comemorações do Dia das Cidades Património Mundial, parecendo-lhe que o mesmo deveria ser preparado com algum cuidado.

No que toca ao ponto 2.11 (da página 15) do documento em apreço, afirmou que lhe apetecia sorrir, porque era a terceira vez que verificava que, no item relacionado com **Feiras, Exposições e Outras Iniciativas Sociais, Culturais e Desportivas**, surgia o assunto “apoio na montagem e desmontagem de exposições no Museu do Artesanato e Design”, julgando que se tratava de uma opção política do actual Executivo não informar os munícipes e a A. M. sobre o projecto museográfico e museológico.

Noutro contexto, o Sr. **João Rodrigues** solicitou esclarecimentos sobre a limpeza da ponte da Negaça, demonstrando a sua preocupação face à segurança na circulação rodoviária, por falta de visibilidade, bem como com a ausência de limpeza nas bermas das estradas.

Relativamente a uns materiais pedidos, por escrito, à edilidade, ao abrigo do protocolo celebrado com a dita, deu a conhecer que tinha sido respondido à Junta de Torre de Coelheiros que o fornecedor não dispunha daqueles artigos, frisando que não sabia se havia alternativa, como, por exemplo, o município ceder os 2.500 € do plafond estabelecido, para a Junta os poder ir comprar a Espanha, a fim de acabar uma obra.

No domínio da ampliação dos cemitérios, noticiou que a Freguesia de Torre de Coelheiros tinha procedido à construção de 45 nichos, em Janeiro de 2009, e que a Administração Municipal se comprometera custear 50% do projecto, enfatizando que na contabilidade da CME não existia qualquer documento visando o pagamento da responsabilidade assumida e que se a Junta não tivesse tomado tal medida, hoje a Freguesia já não disporia de espaço no cemitério para enterrar os seus mortos.

Ainda acerca de pagamentos, sustentou que as Juntas também sentiam dificuldades financeiras, admitindo que houvessem algumas que não podiam liquidar os vencimentos deste mês, pelo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

apelou ao Executivo para que, pelo menos, arranjasse algum dinheiro para colmatar as dificuldades das mesmas, comunicando que em 30.09.11 a Junta de Torre de Coelheiros ficaria a haver da Câmara perto de 70.000 €, quase 50% do seu orçamento, não olvidando que as acima mencionadas não podiam recorrer ao crédito bancário.

O Sr. **Pedro Giões** contestou o repto que o Sr. Presidente da CME lançara à AME para que apresentasse soluções visando a obtenção de mais receitas, justificando que isso era competência do Executivo. Na sua óptica, o próprio talvez não estivesse a aproveitar todas as oportunidades que estavam a aparecer para auferir de mais algum dinheiro, dando o exemplo de alguns empresários seus conhecidos, que queriam investir em Évora e que viam os seus projectos indeferidos ou atrasados, por questões de pormenor, ficando eles cansados de esperar tantos meses, o que os obrigava a desistir dos seus intentos e a procurarem outras paragens para o efeito, ficando a autarquia privada de uns milhares largos de euros.

Por sua vez, a Sra. **Elmina Lopes** questionou o Executivo sobre a abertura do ano lectivo, porque as queixas que possuía referiam-se ao apoio educativo, que estava a ser colmatado por POC's, especificando que se tratava de substituir funcionários qualificados por pessoas sem, alegadamente, formação adequada para as funções, criticando o sistema político vigente, como, por exemplo, o aumento do número de alunos por turma e a degradação do sistema de ensino público, em geral.

Depois, o Sr. Presidente facultou a palavra ao Sr. **Francisco Chalaça**, que concordou com a dissertação do Sr. Presidente da CME, admitindo que a situação financeira do município estava muito difícil, particularmente sentida do lado da receita, embora esta tivesse aumentado cerca de 1,6 milhões de euros, relativamente ao período homólogo do exercício passado, tornando-se, mesmo assim, manifestamente insuficiente face ao Orçamento.

No que concerne à despesa, relevou a melhoria verificada, em comparação com o ano transacto, havendo uma diferença positiva de aproximadamente 2%.

Por fim, transmitiu a sua discordância sobre as alocações anteriores, justificando que, no seu entender e perante o quadro de dificuldades apresentado, todos deveriam estar empenhados em apresentar soluções, nomeadamente os próprios serviços da CME.

No que concerne à Informação em título, a Sra. **Paula Nobre de Deus** começou por valorizar o esforço de diplomacia económica, por parte do Sr. Presidente da autarquia, na promoção do futuro "cluster" aeronáutico em Évora.

Mais à frente, apelou que se mantivessem os apoios dados às crianças, aos jovens e às famílias, através, designadamente, das férias de Verão, da atribuição de bolsas de estudo ao ensino secundário e do Cartão Social do Município.

Respondendo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da Câmara** começou por confirmar que o saneamento financeiro estava parado, por falta de disponibilidade da banca em corresponder à negociação proposta pelo município.

No que respeita à dívida às Juntas, não soube quantificar o respectivo montante, calculando que a mesma pudesse atingir os 250 mil euros, grande parte às Freguesias rurais, cabendo a maior fatia à Junta de Torre de Coelheiros, mostrando-se, contudo, esperançado em poder saldar uma parte significativa dela até ao final do ano.



No que toca aos 9,4% da venda dos bens e serviços, anunciou que a edilidade fizera, até à data, duas hastas públicas, tendo uma ficado deserta e tendo-se na outra conseguido alienar alguns dos terrenos, embora por valores pouco significativos, explicando que, no final deste ano, a atrás mencionada iria representar cerca de 25% do total dos proventos da C. M.

Depois, agradeceu a referência, por parte do Sr. Abílio Fernandes, ao sinal positivo sobre a análise superficial das contas da autarquia.

Quanto à dívida total de 70 milhões, fez saber que ela estava dividida entre débitos a fornecedores e débitos à banca, frisando que esta vinha diminuindo e que aquela aumentara um pouco.

No que concerne ao défice de 30 milhões de euros, alegou que o mesmo tinha a ver com a facturação não cabimentada no orçamento, proveniente, sobretudo, das Águas do Centro Alentejo, cujo valor rondava os 6 milhões de euros/ano, justificando que, por decisão do próprio Executivo, de cessar o contracto com aquela empresa, no ano transacto, neste exercício não tinha sido cabimentada qualquer despesa para a própria, por achar que o contracto não estava a ser cumprido e por considerar que a CME não tinha condições para suportar os aumentos progressivos das tarifas. Neste âmbito, especificou que a outra parte do valor do défice se prendia com os 4 milhões de euros relativos à construção da Escola dos Canaviais, bem como que a verba deixaria de contar como dívida quando o problema do Tribunal de Contas fosse resolvido, podendo-se, então, receber dos fundos comunitários e pagar ao construtor.

Logo após, demonstrou a sua preocupação no que toca à situação financeira e orçamental da Câmara, alertando para a necessidade de vir a ser efectuada, ainda durante o ano de 2011, uma segunda revisão orçamental, para assegurar a cabimentação da facturação anteriormente descrita, perspectivando que, caso a dificuldade em liquidar a dívida dos 70 milhões de euros se mantivesse, o próximo Orçamento pudesse apenas permitir pagar salários, efectuar transferências para as Juntas e algumas para os agentes do concelho. Neste domínio, comunicou que a Câmara já tinha reduzido significativamente a despesa em quase todas as frentes, no valor de 2 milhões de euros, com excepção nos transportes, bem como que estes iriam ser revistos, para se poder baixá-la ainda mais.

Relativamente ao apontamento do Sr. P. Giões, desafiou-o a que, se tivesse conhecimento de algum empresário que não estivesse satisfeito com a forma como a CME estava a responder às suas intenções de investimento nesta urbe, que lhe dissesse para entrar em contacto consigo, a qualquer hora, a fim de ser imediatamente recebido e resolver-se prontamente o problema, não esquecendo que existiam regulamentos para cumprir.

Com respeito à intervenção do Sr. J. Rodrigues, sustentou que a edilidade não pagava às Juntas não por falta de vontade, mas sim por ausência de dinheiro, fazendo-lhe notar que a Junta de Torre de Coelheiros estava inscrita nas prioridades de liquidação, assim como todas as outras.

Com referência à ponte da Negaça, expressou que, fora dos perímetros urbanos, a responsabilidade de limpeza de qualquer curso de água não era da Câmara, exemplificando com o caso em que a mesma tinha sido multada por ter limpo uma ribeira nos Canaviais, adiantando que só poderia proporcionar tal serviço quando a Direcção Regional dos Recursos Hídricos autorizasse a autarquia para o efeito.

Relativamente aos discursos das Sras. Cármen Balesteros e Elmina Lopes, solicitou ao Sr. Presidente que fosse a Sra. Vereadora Cláudia Pereira a esclarecer os respectivos assuntos, o que foi consentido.

Assim, a Sra. **Vereadora Cláudia Pereira** começou por elucidar que a data que vinha mencionada na Informação tinha a ver com o “Dia dos Centros Históricos”, decretado pela OCPM (Organização das Cidades Património Mundial), comemorado em 8 de Setembro/11, tendo, inclusive, explicado



que o concerto que estava agendado para as Piscinas Municipais se tinha realizado na Praça do Sertório.

Quanto às celebrações do 25º aniversário da classificação de Évora Património Mundial, participou que o programa estava a ser ultimado, apesar dos constrangimentos tornados públicos.

Em relação ao Museu do Artesanato e Design de Évora, clarificou que o município continuava a cumprir o protocolo estabelecido com a Entidade Regional de Turismo, passando pela conclusão de algumas vitrinas, entre outras pequenas coisas, até à inauguração do dito, prevista para Outubro, acrescentando que esta iria fazer-se com quatro núcleos expositivos, intitulados “250 anos de Design Português”; “Formas Úteis no Artesanato Alentejano”; “25 Mestres do Design Internacional” e “Cadeiras”.

Com respeito ao início do ano lectivo, salientou que um dos motivos que levara a autarquia a construir a Escola dos Canaviais fora o facto de ela ser a única que funcionava em desdobramentos de horários. *“Uma das expectativas que a população tinha era que os meninos passassem a ter o mesmo direito que os outros e a terem um horário normal. Com a implementação deste plano B, conseguimos fazer esse horário normal, com algumas dificuldades, mas estamos a cumprir, nomeadamente nas questões dos transportes, articulando com protocolos que já existiam com a Casa do Povo”*, proferiu posteriormente.

Para concluir, explicou que os antigos POC’s agora se chamavam CEI’s, bem como que os rácios, entre o número de alunos e do pessoal não docente, estavam a ser cumpridos dentro da legalidade.

Voltando a intervir, o Sr. **Ricardo Cardador** patenteou a sua preocupação relativamente à situação da Juntas de Freguesia, perante a falta de liquidez delas para pagarem os vencimentos aos funcionários.

Seguidamente, comparou a situação financeira da Câmara de Évora com as restantes do país, baseando-se num relatório da Direcção Geral das Autarquias Locais, datado de Dezembro de 2010, asseverando que a mesma era a 10ª que apresentava o maior prazo médio de pagamento a fornecedores, ou seja, cerca de 524 dias.

Para fechar, fez notar que quem consultasse o Relatório e Contas do Grupo de Águas de Portugal podia verificar que o município local era o 2º do país com maior dívida ao dito, logo a seguir a Chaves.

Tendo o Sr. Presidente da autarquia afluído o tema das viaturas municipais, o Sr. **Florival Pinto** perguntou quantos funcionários usavam as mesmas para uso pessoal, fora do horário de trabalho, e quais as medidas que estavam previstas para lhe pôr cobro.

Depois, lembrou que Sr. Presidente da CME não abordara a questão do regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do concelho, após a sua discussão pública, comunicando que tinha a expectativa de que o aludido autarca o tivesse feito nesta sessão.

Retorquindo às duas últimas intervenções, o Sr. **Presidente da CME** asseverou que não tinha conhecimento que houvesse mais alguma Junta com problemas financeiros para liquidar salários, anunciando que a edilidade estava a envidar os esforços possíveis para encontrar verbas para auxiliar todas as Juntas, ainda durante a semana seguinte à presente sessão.

Com respeito à referência feita ao ranking publicado no relatório da Direcção Geral das Autarquias Locais, especificou que a Câmara de Évora constava do mesmo porque não pagava à Águas do Centro Alentejo desde 2009, pelas razões já conhecidas, aproveitando o ensejo para recordar que a própria não figurava nas 20 autarquias mais endividadas, que não fazia parte daquelas que se



encontravam em risco de ruptura, nem contribuía, decisivamente, para o défice orçamental reportado aos municípios.

No que concerne às viaturas municipais, transmitiu que não tinha conhecimento de situações de utilização indevida, caso contrário, quer o funcionário, quer o respectivo chefe de serviço seriam fortemente penalizados. Neste domínio, precisou que uma das medidas que estava a ser tomada era fazer-se a inventariação de todos os veículos com mais de dez anos, para serem abatidos, não sendo substituídos. Informou, também, que se ia atribuir a cada Departamento o número de carros estritamente necessário para o desempenho das suas funções, ficando responsável de tal gestão o director do respectivo serviço, para que não houvesse qualquer tipo de abuso, possibilitando uma significativa redução na despesa, quer no combustível, quer na manutenção da própria viatura.

Acerca da explicação dada pela Sra. Vereadora Cláudia, relativamente ao Museu do Artesanato, a Sra. **Cármem Balesteros** pediu-lhe que fornecesse à A. M. uma memória descritiva sobre os quatro núcleos por si descritos, justificando que não tinha entendido os nomes deles.

No que respeita às comemorações dos 25 anos da classificação da urbe Património Mundial, propôs que, face à situação financeira da edilidade, fosse aproveitado o tema “Évora, a Inquisição e a memória Cripto-judaica da cidade”, fundamentando que seria um tema de baixo custo e uma realidade que não deveria ser esquecida.

Em resposta, a Sra. **Vereadora Cláudia Pereira** clarificou que não podia facultar a memória descritiva das exposições, sob pena de incumprimento dos direitos de autor, consagrados na legislação, bem como do próprio protocolo, voltando a citar as designações dos quatro núcleos expositivos.

Relativamente ao outro aspecto focado pela oradora antecedente, noticiou que o Executivo estava a preparar a inclusão da CME nas judiarias portuguesas, a qual teria que passar por reunião pública de Câmara, fazendo esta acção parte do pacote das comemorações dos 25 anos da classificação de Évora Património da Humanidade.

Como ainda não tinha respondido à questão do regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, levantada pelo Sr. F. Pinto, o Sr. **Presidente da autarquia** solicitou autorização para fazê-lo, o que foi concedido, elucidando que o dito documento tinha sido aprovado na última reunião de Câmara, sem alterações significativas, provindas do debate público, não tendo sido possível, por razões de agenda, propor a sua inclusão na ordem de trabalhos da presente sessão, ficando pendente para a próxima assembleia.

Não havendo mais ninguém interessado em debater o 2º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** deu-o por encerrado.



**PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA FREGUESIA DA SRA. DA SAÚDE (ÁREA ENVOLVENTE AO SUPERMERCADO PINGO DOCE), PROPOSTA PELA CME**

O Sr. **Presidente da CME** explicitou que se propunha que fossem desafectadas do domínio público duas parcelas de terreno com as áreas, respectivamente, de 1.585,63 m<sup>2</sup> e 494,20 m<sup>2</sup>, assinalados na planta anexa à documentação distribuída a todos os Membros deste Órgão, tendo em vista a realização de estudos de arranjo e enquadramento urbanístico do supermercado Pingo Doce e a zona envolvente, entre a EN 254 – Rua Bento de Jesus Caraça, a Av. D. Leonor Fernandes e as áreas pedonais, bem como a constituição de dois lotes destinados à venda ou à permuta com a IMORETALHO, de modo a viabilizar a transferência do supermercado para a parte do terreno localizado em frente à ecopista e à Rua Bento de Jesus Caraça, criando-se uma zona de estacionamento condigna, conforme com a dimensão do empreendimento.

Suspendendo, temporariamente, a sua função de 2<sup>a</sup> Secretária, a Sra. **Amália Oliveira** interrogou à Administração Municipal se a Câmara iria ficar na posse do terreno onde estava instalada a loja do Pingo Doce.

Retorquindo, o Sr. **Presidente da CME** esclareceu que a intenção do promotor era a de ceder aquele espaço à autarquia, no âmbito de uma proposta de permuta de terrenos, para possibilitar a instalação de um parque de estacionamento público, o que obrigaria, segundo o próprio, à passagem de domínio público para domínio privado da Câmara, como primeira instância, seguindo-se depois a apresentação de um projecto, a negociação das cedências entre as partes, bem como quais os custos.

Não existindo mais inscrições para analisar o 3º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

**PONTO 4 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DA CME PARA PARTICIPAÇÃO DA MESMA NO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ALENTEJO, S. A. (RECTIFICAÇÃO)**

O Sr. **Presidente da Câmara** recordou que a AME já tinha autorizado a participação da edilidade no Parque em título, com uma subscrição de 45% do respectivo capital social, ficando a parte restante na posse da UE (45%) e de algumas entidades particulares (10%), informando que, entretanto, tinham surgido dois grupos privados (BES e GLINTT) a manifestaram interesse em subscrever parte do dito, dando origem a que as acções da CME e da Universidade de Évora tivessem que ser reduzidas em 2,5%, ficando ambas com uma participação de 42,5%, sendo preciso, no caso da Câmara, que a A. M. deliberasse no sentido de se rectificar a anterior decisão.

Como nenhum dos presentes quis pronunciar-se sobre o 4º ponto da agenda, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.



## APROVAÇÃO EM MINUTA

O colectivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **3** e **4** da ordem do dia desta assembleia, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

## INTERVENÇÕES DO PÚBLICO

O Sr. Presidente facultou a palavra à munícipe **Maria Amélia Palaio**, residente em Boa-Fé, que solicitou ao plenário que se impusesse para que a antena de telecomunicações fosse implementada na Freguesia, permitindo, assim, o acesso da população às redes telefónicas móveis e à Internet.

Face ao exposto o Sr. **Presidente**, solidário com a questão, opinou que se tratava duma reivindicação legítima de uma comunidade rural, em pôr fim a um problema comum a outras freguesias, mostrando-se disponível para diligenciar, junto das operadoras, nesse sentido.

Como mais ninguém desejou discursar e não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente** deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas e dezoito minutos, da qual e para constar se elaborou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2ª Secretária** – Maria Amália M. Espiridião de Oliveira

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 28/12/2011, com 33 votos a favor e 5 abstenções)